

Índice

| | |
|--|---|
| A suposta tendência do religioso para a violência..... | 1 |
| Islão e violência | 4 |

A suposta tendência do religioso para a violência

A ameaça terrorista e o radicalismo islâmico têm centrado os debates sobre as implicações violentas que pode ter o compromisso com uma fé religiosa. Desde há algum tempo existe uma convicção arraigada que, sem diferenciar tradições religiosas nem admitir exceções, relaciona necessariamente religião e violência. Contra esta tese, outros autores consideram que essa identificação não é acertada e que manifesta um preconceito antirreligioso que pode ser nocivo tanto política como socialmente.

A história confirmaria que a intolerância e a beligerância são traços comuns de todo o credo religioso e que a verdade revelada é pela sua própria natureza difícil de combinar com o pluralismo inerente à democracia. Esta é a tese de Mark Juergensmeyer, professor da Universidade da Califórnia e autoridade reconhecida no tema da violência motivada pela fé, para quem o fanatismo islamista seria a derradeira manifestação de uma virulência comum a qualquer crença religiosa.

Segundo afirma em "Terrorismo religioso" (Siglo XXI, 2001), as culturas mais sanguinárias contaram sempre com inspirações religiosas, pois o violento define a religião, embora a sua ativação dependa do contexto. Da mesma forma, é a relação com o sagrado aquilo que torna especialmente "espetacular" e simbólica a violência deste tipo. O radicalismo é, portanto, intrínseco à fé, a resposta da religião aos desafios que questionam a sua conceção do mundo.

Violência sem exceção

A ligação entre violência e credo religioso não teria, portanto, exceções. Mas por que será que hoje se acentuou o extremismo? Segundo Juergensmeyer, existem três motivos que explicam o fanatismo religioso contemporâneo: atualmente manifesta-se com maior nitidez a incompatibilidade dos valores religiosos e da democracia liberal; as religiões tornaram-se mais combativas ao tomarem consciência das consequências que a secularização produziu; por último, irromperam formas mais emocionais e mais exigentes de compromisso com a fé.

Mas se a religião – qualquer religião – incita à violência, a solução mais imediata exige neutralizar qualquer mensagem religiosa. Tanto Juergensmeyer como Sam Harris, autor de "El fin de la fe" (Paradigma, 2007), consideram que acabar com a violência exige excluir e desterrar o religioso. Harris distingue entre religiões – na sua opinião, a mais violenta é o Islão –, mas não se baseia nestas diferenças ao reiterar a necessidade de substituir a função moral da religião e de procurar abordagens morais e existenciais que não exijam a fé como fonte de sentido.

Pelo contrário, Karen Armstrong, também especialista no tema, considera que vincular tão estreitamente violência e religião é um erro que interpreta falsamente a fé e impede enfrentar precisamente as suas manifestações radicais.

Igualmente, na sua opinião, generalizar essa relação mostra um preconceito antirreligioso que pode ser nocivo. Em "Campos de sangre" (Paidós, 2015) faz a história do surgimento das religiões e contextualiza política, económica e culturalmente a sua história. Mostra que não se pode afirmar que qualquer religião seja violenta em si mesma e que, se ao

longo da história esteve presente em muitos confrontos, também se devem à religião os avanços morais mais significativos da humanidade.

Aqueles que como Armstrong criticam a facilidade com que se liga fé e violência, não procuram desculpar a religião, nem isentá-la das suas responsabilidades históricas. Pretendem aprofundar o mito que afirma a natural inclinação do compromisso religioso com a intolerância e o fanatismo. E identificar as suas razões. Por que é que se percebe tão claramente que a religião tende para a violência e não se deteta essa tendência noutros fatores que, como a política, por exemplo, desencadearam paixões e lutas sangrentas?

Preconceitos antirreligiosos

Para Armstrong, uma interpretação imparcial da história religiosa permite comprovar que as principais mensagens religiosas se têm preocupado com a paz e que nelas predominam a bondade e a misericórdia. Historicamente, é possível opor a cada manifestação de ódio, movimentos críticos e pacifistas dentro de uma mesma tradição religiosa. De facto, a denúncia dos comportamentos violentos e as emendas a muitas interpretações fundamentalistas frutificaram no seio das próprias religiões e foram favorecidas por elas.

Para Armstrong, em quase todas as lutas de inspiração religiosa agita-se uma disputa pelo controlo e pelo poder político. Como diferenciar em cada situação violenta o peso dos diferentes fatores que a desencadeiam? A relação da violência com a religião não é assim mais necessária e única do que a que poderia estabelecer-se com outros fenómenos menos transcendentais e mais prosaicos.

Mas então, por que se assumiu tão facilmente o discurso que liga inexoravelmente fé religiosa e agressão? Para William T. Cavanaugh, professor de Teologia na Universidade DePaul (Chicago) e autor de "El mito de la violencia religiosa" (Nuevo Inicio, 2010), a identificação da religião com a violência constitui uma premissa da secularização que serve para banir a fé do espaço público.

Armstrong e Cavanaugh consideram que este discurso pode ser prejudicial tanto para compreender e esbater o radicalismo inspirado na religião, como para a liberdade política e religiosa da sociedade. Implica uma orientação que despreza a pluralidade das tradições religiosas e as suas funções sociais. É certo que algumas concepções do religioso são coniventes com a violência e que a sociedade se deve proteger, mas o preconceito pode ser nocivo para os credos comprometidos expressamente com a promoção da paz.

A inclinação da fé religiosa à prática violenta seria como o corolário que sintetizaria a concepção depreciativa sobre o religioso que prolifera na vida pública. Como explica Cavanaugh, é a conclusão a que se chegaria depois de admitir

os traços que, segundo o secularismo, definem o religioso. Por um lado, afirma-se que qualquer religião é absolutista e exclusiva devido à sua origem revelada, pelo que não pode ser tolerante. Por outro lado, tem efeitos sociais dissolventes, pois destaca a pertença e leva ao confronto entre fiéis e infiéis. Por último, devido a ser irracional, exacerba as paixões e desencadeia o radicalismo.

O secular e o religioso

Mas a religião é uma realidade complexa. Nem sociólogos nem antropólogos estão de acordo e discutem aquilo que o termo envolve. Quando se utiliza como critério a crença na transcendência, algumas tradições religiosas orientais, como o budismo, são deixadas de fora. Quando se ampliam e se sublinham outros elementos – a fidelização, o compromisso ou a identificação –, dever-se-iam incluir também algumas ideologias políticas.

A religião entendida como um sistema de crenças sobre o sobrenatural, incompatível com o saber e diferente e oposto às realidades mundanas, é uma concepção que surge na modernidade, uma época onde coincidem a construção dos Estados nacionais e a crítica racionalista. A contraposição entre fé e razão é acompanhada pela diferenciação institucional entre o secular e o sagrado, uma distinção que não é possível aplicar com tanta comodidade nas práticas sociais prévias.

É então que, segundo Cavanaugh, nasce e se difunde *o mito da violência religiosa*. Alarga-se a interpretação segundo a qual a separação taxativa entre o secular e o religioso foi um meio eficaz utilizado pelo poder político para acabar com o sangrento confronto de credos que assolava a Europa. As sociedades onde não se impôs uma distinção desse tipo, como as muçulmanas, continuam infelizmente submersas na violência.

Sob este prisma, a violência religiosa tem como contrapartida o poder do Estado, cuja missão pacificadora e integradora justificaria precisamente o seu domínio. É o poder político que tem a missão de dominar a veemência e o fanatismo intrínseco à fé, que perturba a convivência social. Assim, por exemplo, em vez de interpretar as guerras europeias do século XVII como lutas encetadas para construir, consolidar ou fortalecer o poder político, são interpretadas exclusivamente como uma luta entre protestantes e católicos. Mas, como explica Cavanaugh, as guerras de religião foram também guerras políticas e serviram além do mais para justificar o domínio do político sobre o religioso.

Autores tão afastados no tempo como John Locke ou John Rawls aceitam esta interpretação. Para o primeiro, a religião devia ser antes de tudo uma prática privada, pois podia provocar arrebatamentos de veemência e fanatismo. Thomas Hobbes foi mais coerente ao reconhecer que a sua tentação

violenta exigia que as autoridades políticas assumissem funções religiosas. Rawls afirma que o poder do Estado mostrou ser o único travão à violência da fé. Desse modo enraíza a tese de que a convivência política e a tolerância são incompatíveis com a adesão fiel e comprometida a um credo religioso.

Uma violência legítima, outra não

Para Cavanaugh, o mito da violência religiosa está subjacente às abordagens secularistas, que justificam o desaparecimento de qualquer manifestação religiosa pela sua predisposição para o radicalismo, o confronto e a ofensiva. No entanto, essa geminação entre violência e religião conduz a estabelecer um impetuoso parentesco do secular com o pacífico, tolerante e racional. Não é então por acaso que os mais aguerridos defensores do humanismo ateu sejam igualmente hoje os que na verdade se têm esforçado com maior veemência em mostrar a inseparabilidade de violência e religião e por banir a influência desta última.

Sem diminuir os resultados da democracia liberal, aquilo que Cavanaugh e Armstrong criticam é que ignore que a distinção entre o secular e o religioso é um ato do poder político; que, em resumo, acaba por ser o poder quem determina o que é uma religião. Será que o faz de um modo desinteressado? No exercício desta prática pode incorrer também em comportamentos violentos, radicais ou intolerantes: “Praticamente todas as reformas secularizadoras na Europa e noutras partes do mundo”, explica Armstrong, “começaram com um agressivo ataque às instituições religiosas”.

Desse modo, o mito da violência religiosa acarreta um contraste implícito entre o que se considera um uso arbitrário e injustificado da força, como o religioso, e outro legítimo e bem-intencionado, o secular ou político, que teria como missão acabar com o primeiro. Essa teoria da dupla violência está implícita em certas abordagens geoestratégicas dos últimos anos.

“A violência que se descreve como religiosa”, salienta Cavanaugh em “El mito de la violencia religiosa”, “é sempre peculiarmente violenta e repreensível. Mas a violência que se qualifica de secular dificilmente é descrita como tal, pois é intrinsecamente pacífica. A violência secular muitas vezes é necessária e, por vezes, louvável, especialmente quando se usa para sufocar a violência intrínseca da religião”.

Com essa diferenciação maniqueísta, outros tipos de violência podem imunizar-se em face do escrutínio moral. E o que é mais preocupante, evita detetar as causas reais e mais profundas dos conflitos, as suas fontes primárias. Para Armstrong, a luta e a rivalidade pelo poder político foi historicamente mais sangrenta e frequente do que as guerras de religião, e em muitas ocasiões a fé foi apenas uma

desculpa para ocultar uma luta sangrenta pelo domínio económico, político ou social.

Violência política

Não se trata com isso de questionar a separação entre o religioso e o político, nem de reivindicar conceções já ultrapassadas do poder político. Mas não se pode contornar que a abstrata institucionalização do religioso e do secular foi também uma ferramenta para concentrar e aumentar o poder político, relegando para a insignificância toda a tradição religiosa, independentemente da sua conceção antropológica e moral.

As ideologias políticas podem mostrar-se, como infelizmente revela a história, agressivas, dogmáticas e desagregadoras. Também o político exige fidelidades, pois o compromisso com os valores seculares é o que garante em última instância a coesão social. Vincular, como se faz, a religião com a violência acaba por consolidar um laicismo combativo e oferecer primazia aos valores políticos acima dos morais ou espirituais.

A função pacificadora da religião

Além disso, abundantes investigações sociológicas apontam que a religião inibe as condutas agressivas. Um estudo, realizado na Nigéria, sobre o impacto que têm diversos fatores no comportamento violento dos jovens salientou que a prática religiosa é uma maneira eficaz de evitá-los e recomenda impulsionar as atividades e organizações religiosas nas universidades para promover atitudes pacíficas e valores morais (“International Journal of Social Science and Humanity” [6], janeiro 2016).

Por outro lado, relativamente ao poder político, também a imposição de um secularismo radical pode enfraquecer a função pacificadora da religião. Subordinando-se ao poder do Estado, debilita-se a resistência religiosa à violência política e secular, e atenua-se a capacidade que tradicionalmente a religião mostrou para criticar, limitar e corrigir o poder do Estado. A religião é obrigada então a renunciar a uma dimensão pública que determinou na história muitas lutas políticas e colheu muitos resultados, desde a igualdade até aos protestos não violentos.

Mas a suposta identificação da religião com a violência deveria também fazer refletir, visto que a reclusão da religião na esfera privada não acabou com os conflitos nem significou a completa pacificação. O controlo político da religião e a perda de influência das mensagens religiosas provocou igualmente a agudização da crise moral que, em muitos casos, leva paradoxalmente a procurar alternativas radicais. Isto explica

que muitos pensadores reivindiquem a importância da religião e dos seus valores pacíficos para regenerar a convivência social, algo que esquecem os que subscrevem o mito da violência religiosa.

Anne Aly, jovens delinquentes que antes do seu envolvimento no terrorismo cometeram delitos não relacionados com a fé ("The Conversation", 31.3.2016).

J. M. C.

Islão e violência

O Islão é hoje o caso protótipo para a teoria que atribui à religião uma tendência intrínseca de violência.

Esta interpretação costuma aparecer também nas discussões sobre a compatibilidade entre democracia e Islão. Mas o mito da violência religiosa revela a dicotomia entre a conceção ocidental da religião e a existente noutras culturas.

Não será que se distorce a realidade cultural, religiosa e política quando se aplica a separação ocidental entre o secular e o religioso para estudar sociedades onde não é válida? Para Cavanaugh, o preconceito ocidental isola e dá preferência ao religioso quando explica a origem da violência, mas marginaliza desse modo a relevância de outros fatores que na conceção muçulmana, por exemplo, se encontram unidos e que poderiam oferecer chaves para nos proteger da ameaça terrorista. Gilles Kepel, especialista em jihadismo, recordou o peso do passado colonial e as suas consequências no terrorismo contemporâneo.

Por exemplo, no nascimento da Al Qaeda e no do Estado Islâmico, as reivindicações territoriais e o confronto cultural são importantes. A complexidade do fenómeno terrorista deveria prevenir contra as interpretações parciais ou tendenciosas, para reconhecer que a desativação de toda a expressão religiosa na sociedade não é o caminho para a paz.

Sabe-se, por exemplo, que muitos dos jovens recrutados pelos terroristas não são especialmente religiosos. Alguns não conhecem os textos sagrados e muitas vezes aqueles que vivem em países ocidentais alinham no radicalismo como saída para a sua falta de orientação existencial. Marc Sageman, antigo agente da CIA no Paquistão, que estudou a forma de recrutamento e o perfil psicológico dos jovens terroristas, defende que uma educação religiosa normal teria em muitos casos evitado o seu radicalismo.

Os especialistas em terrorismo também referiram que existe uma diferença entre os islamistas radicais de hoje: neles são menos importantes os motivos de fé e não contam com uma especial formação religiosa. Muitos são mais, como adverte